

Termo de Referência 102/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
102/2024	90126-ESP-DEPTO.REG.SAUDE DRS-XIII RIB. PRETO	ERIKA DE SOUZA GUARINO	24/04/2024 08:46 (v 1.0)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		024.00065642/2024-52

1. Definição do objeto

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de materiais de higiene e limpeza, através de procedimento dispensa de licitação com disputa, necessários ao abastecimento deste Departamento Regional de Saúde de Ribeirão Preto - DRS XIII, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

Item	Cód. Siafísico	Cód. Compras. gov	Descrição	Unidade de Fornecimento	Quantidade
1	2946491	373481	Lã de Aço; Composto de aço carbono; acondicionado em saco plástico, peso liquido 60g; embalado de forma adequada.	Pacote c/ 8 unidades	10
2	4739361	241343	Acendedor; Tipo Fósforo; de Madeira; Composto de Vegetal e Minério; Apresentado Na Forma de Palito; Com Ponta de Pólvora; Caixa Com 50 Palitos; de Tamanho Extralongo, Com No Mínimo 9 Cm de Comprimento; Com Certificação Compulsória INMETRO.	Caixa c/ 50 palitos	15

3	5278619	453057	<p>Repelente; Em Spray, para Pele; Contem Ingrediente Ativo de Icaridina Ou Ir3535 Com Concentração Entre 20 a 30%; Nível de Proteção Mínima de 4 Horas; para Uso Adultos e Crianças a Partir de 2 Anos; Contra Insetos e Carrapatos, Validade No Mínimo de 12 Meses a Partir Da Data de Fabricação; de Acordo Com a Legislação Vigente e Procedimentos Adm. Determinados Pela ANVISA.</p>	Frasco 100ml	300
4	5182506	484679	<p>Inseticida Doméstico; aerossol, eficaz contra moscas, mosquitos, mosquito da dengue, pernilongos, baratas e formigas; composto de praletrina 0,02% a 0,05%; cipermetrina 0,05% a 0,15%; imiprotrina 0,04% a 0,08%; praletrina 0,02% a 0,05%, solventes e propelentes, sem CFC; principio ativo grupo químico piretrinas e piretroides; embalado em acondicionado de forma adequada; produto sujeito a verificação no ato da entrega; aos procedimentos administrativos determinados pela ANVISA.</p>	Aerossol 360ml	120
5	4078233	404651	<p>Dispenser para Sabão Líquido; de Plástico ABS Baixa Densidade e Alta Resistência; Com Capacidade de 800 ML; Na Cor Branca, Base Cinza; Formato Retangular; Medindo Aproximadamente 21 x 11 x 8 Cm (a x l x P); Com Travas Laterais Acionadas Por Pressão; Fechamento a Chave; Reservatório Que Transforma Sabão Em Espuma; Com Kit de Fixação Contendo Buchas e Parafusos; Garantia Mínima de 6 Meses.</p>	Unidade	10

2. Fundamentação da contratação

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Documento de Formalização de Demanda - DFD e apêndice deste Termo de Referência.

2.2. A contratação está fundamentada modalidade dispensa de licitação, conforme art. 75, inc. II da Lei 14.333/2021, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço global.

3. Descrição da solução

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. Essa alternativa mostra-se a única, tendo em vista tratar-se de materiais de consumo perecíveis que necessitam de reposição frequente.

Não se identificam soluções múltiplas que contemplem os requisitos para o atendimento da necessidade, tendo em vista que trata-se de bens de consumo que se esgotam a partir da sua utilização.

4. Requisitos da contratação

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

4.1 A natureza do objeto a ser contratado é comum, nos termos do Art. 6º, XIII da Lei 14.133, de 2021. `XIII - bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.

5. Modelo de execução do objeto

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 O prazo de entrega dos materiais será de 15 (quinze) dias, contados do efetivo recebimento da ordem de fornecimento, em remessa única no seguinte endereço:

ENDEREÇO DE ENTREGA:

AVENIDA INDEPENDÊNCIA 4770, JARDIM JOÃO ROSSI. RIBEIRÃO PRETO/SP CEP: 14026-528 SETOR DE SUPRIMENTOS - HORÁRIO: 8 às 15 HORAS

5.2 A entrega dos materiais solicitados deverá ser feita de forma integral de acordo com a demanda informada por este Departamento.

6. Modelo de gestão do contrato

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste termo, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

6.1.1 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termos de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a : marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade.

6.1.1.1 O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando for o caso;

6.1.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

6.1.3 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no Termos de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

6.1.4 Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

.

7. Critérios de medição e pagamento

7. DA SUBCONTRATAÇÃO

7.1 Não será admitida a subcontratação do objeto.

8. Critérios de seleção do fornecedor

8. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

8.1 A Fiscalização/Gestão do fornecimento dos materiais será exercida pelo Setor de Suprimentos do DRSXIII Ribeirão Preto.

8.2 Conferir as notas de fornecimento sua conformidade com as especificações, prazos e documentações.

8.3 Encaminhar as devidas notas fiscais constando os nomes dos produtos.

8.4 Solução as consultas e solicitações formuladas pela futura empresa contratada.

8.5 Todos os materiais deverão atender rigorosamente as especificações das respectivas propostas, e a entrega fora das especificações das respectivas propostas indicadas no contrato implicará na recusa por parte do Setor de Suprimentos o qual colocará a disposição da Empresa fornecedora para substituição.

8.6 O pagamento será realizado mediante envio de nota fiscal devidamente atestada pelo setor competente e autorização de pagamento do Setor de Finanças. o objeto.

9. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que :

9.1.1 dar causa à inexecução parcial do contrato;

9.1.2 dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;;

9.1.3 dar causa à inexecução total do contrato;

9.1.4 deixar de entregar a documentação exigida para o certame.

9.1.5 não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

9.1.6 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.1.7 ensejar o atraso na disponibilização do acesso às ferramentas e serviços em relação ao mês previsto para início da execução do contrato, sem motivo justificado;

9.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a execução do contrato;

9.1.9. praticar ato fraudulento na execução do contrato;

9.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza; “Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

9.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

9.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013. 9.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções: a) Advertência pela falta do subitem 9.1.1 deste Termo de Referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; b) Multa de 1% (um por cento) sobre o valor contratado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 9.1.4 a 9.1.6 e 9.1.8 a 9.1.12; c) Multa de mora de 1 % (um por cento) por dia, sobre o valor contratado do item prejudicado por infração do subitem 9.1.7, limitado a 20 dias. Após o vigésimo dia e a critério da Administração, poderá ser considerada inexecução total; d) Multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor contratado, por infração do subitem

9.1.3 (inexecução total do contrato). e) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 9.1.2 e 9.1.7 deste Termo de referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; f) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 9.1.8 a 9.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave.

9.2. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.2.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

9.2.2. as peculiaridades do caso concreto;

9.2.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

9.2.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

9.2.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente. UASG 90126 Termo de Referência 47/2024 Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União Modelo de TR em branco — Atualização: 12/2022 Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação 5 de 6

9.4. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

9.5. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

9.6. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo

administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

9.7. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal adotado por este Regional.

9.8. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

9.9. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999. 9.11. Restará afastada qualquer sanção administrativa em caso de eventual atraso, bem como inexecução parcial ou total decorrentes das situações originadas de caso fortuito, força maior, fato ou ato de terceiro, desde que comprovados, devido à imprevisibilidade e inevitabilidade que as revestem, impossibilitando a regular execução dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

9.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

9.11. Restará afastada qualquer sanção administrativa em caso de eventual atraso, bem como inexecução parcial ou total decorrentes das situações originadas de caso fortuito, força maior, fato ou ato de terceiro, desde que comprovados, devido à imprevisibilidade e inevitabilidade que as revestem, impossibilitando a regular execução do objeto. Atesto, sob a minha responsabilidade, que o conteúdo deste Termo de Referência se limita ao mínimo imprescindível à satisfação do interesse público, presente na generalidade dos produtos e modelos existentes no mercado, não consignando marca ou característica, especificação ou exigência exclusiva, excessiva, impertinente, irrelevante ou desnecessária que possa direcionar o certame ou limitar ou frustrar a competição ou a realização do objeto contratual.

10. Adequação orçamentária

10. Adequação orçamentária

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União. 1

0.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: 00001 - GOVERNO DO ESTADO DE SAO PAULO

II) Fonte de Recursos: 165910001

III) Programa de Trabalho: 10122094262150000

IV) Elemento de Despesa: 339030

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: A Diretoria Técnica de Saúde III para aprovação

ERIKA DE SOUZA GUARINO

Agente de contratação



Assinou eletronicamente em 24/04/2024 às 08:46:20.